



ESPAÇOS FORMATIVOS NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO PARA CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UMA CULTURA INCLUSIVA

Renan Lucas Israel Nascimento da Silva¹
Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo²;
Maria José de Jesus Araújo³

Eixo Temático: Formação de professores em Educação Especial
Categoria: Comunicação Oral

Resumo:

Este trabalho analisa processos de formação continuada na área de Educação Especial, propiciada via práticas extensionistas do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica-NAIA da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA, diante de um contexto de demandas na Amazônia Paraense, articula-se pesquisas colaborativas a ações de extensão, no qual se identifica demandas formativas, promove-se com os participantes espaços de formação, no qual se avança em compreensões e aprendizados sobre práticas inclusivas e de acessibilidade. Descreve-se e se analisa tais práticas quanto a sua eficácia e seus impactos formativos nos sujeitos dela partícipes, avaliando como contribuem com suas atuações cotidianas em prol da construção de uma cultura inclusiva. Para tanto, adotou-se pressupostos metodológicos qualitativos, com descrição dos processos de formação desenvolvidos em diários de campo: participações, manifestações e interações das pessoas e avaliações realizadas a cada atividade extensionista de formação, em alguns casos, aplicou-se formulários de avaliação. Analisa-se que o acesso a informações, conhecimentos, experiências e práticas inclusivas, precisam contar com metodologias diferenciadas de socialização e interação. As práticas

¹ Graduando em licenciatura plena em letras língua portuguesa pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão PIBEX/UNIFESSPA. renanlsody@gmail.com

² Professora na Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e coordenadora do Programa de Extensão PIBEX/UNIFESSPA. luceliaccr14@gmail.com

³ Graduando de pedagogia na faculdade de ciências da educação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e bolsista do Programa institucional de bolsas de extensão PIBEX/UNIFESSPA. araujo.maria1903@gmail.com

extensionistas diversificam-se em experiências e modalidades: como palestras, campanhas educativas interativas, cursos de curta duração, rodas de conversa e materiais didáticos instrucionais.

Palavras-chave: Atendimento educacional especializado; ações extensionistas; formação de recursos humanos.

INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência ao longo da história, vivenciaram e ainda vivenciam situações de segregação e marginalização na sociedade, especificamente no processo de luta por seus direitos, que depois de assegurados legalmente, exige a continuidade da luta para sua efetivação real na vida da população com deficiência.

O direito a uma educação que inclua, tem sido uma bandeira política defendida há algumas décadas com o movimento de educação para todos (UNESCO, 1990), some-se a isso os pressupostos da Educação Inclusiva, presente na “Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais” (UNESCO, 1994). E em 1999, com a “Declaração da Guatemala”, a qual resulta da “Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência” (BRASIL, 2001) são documentos internacionais que o Brasil, assume como signatário, recebendo fortes influências do ideário inclusivista impactadas em sua legislação, especialmente na área educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996), em um capítulo reservado à Educação Especial, defende a transformação dos sistemas de ensino na perspectiva da educação inclusiva, e no qual a educação especial, até então desenvolvida nos moldes segregacionista, insere-se integrante do sistema regular de ensino, com matrículas asseguradas no ensino comum com os demais alunos e atendimento educacional especializado em salas de recursos.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento

especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 1996, p. 40).

Com o desafio de transformar sistemas de ensino até então excludentes em sistemas de ensino inclusivos, elege-se a formação de professores como um dos pilares para sustentar essa transformação e implementação de uma educação inclusiva nas instituições de ensino da Educação Básica ao Ensino Superior.

Assim, a educação especial, é pensada e definida como uma modalidade da educação escolar, ofertada na rede regular de ensino para o público com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 1996) e é um direito que possibilita o processo de inclusão escolar.

Apesar de um avanço na legislação brasileira, sobre a seguridade de direitos das pessoas com deficiência, incluindo seu direito a educação, identifica-se que a sociedade como todo, não tem avançado na superação de práticas discriminatórias e de preconceito para com a pessoa com deficiência, permanecendo modelos caritativos e médicos da deficiência no imaginário social. Quanto ao primeiro, a pessoa é considerada uma vítima, deficiência como tragédia e por isso precisa de caridade e ajuda, quanto ao segundo, parte do pressuposto que a deficiência é uma patologia, centrando de deficiência, a pessoa com deficiência é considerada um paciente, buscando-se a cura, a busca pela “normalidade”, nesta perspectiva, anula-se as possibilidades de se considerar as barreiras atitudinais, sociais e ambientais produtores de condições de exclusão (BONFIM, 2009).

A mudança de um paradigma sobre a deficiência, quando se rompe com a ideia de trazer uma condição estática e biológica da pessoa, avançando para uma perspectiva dos direitos humanos, na qual a condição de deficiência, resulta de uma interação entre a pessoa com deficiência e as barreiras do meio social, físico e cultural que tem limitado a vida de muitas pessoas que apresentam impedimentos.

A história das políticas públicas e legislação, atreladas a seguridade de direitos à população com deficiência, tem nos mostrado a urgente necessidade de criarmos espaços de educação formal e não formal que contribuam para

transformação na sociedade de modo mais amplo, no que concerne aos direitos humanos da população com deficiência.

No Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007), é requerido que sejam contempladas como ações temáticas e conteúdos sobre a pessoa com deficiência, inclusão e acessibilidade como direito humano ao mesmo tempo em que prevê o desenvolvimento de ações afirmativas que “possibilitem o acesso e permanência na educação superior” (BRASIL, 2007, p. 41).

Some-se a este endosso, os pressupostos da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a qual defende os princípios da educação inclusiva na qual os alunos tenham acesso, participação na vida escolar/acadêmica, com aprendizagem. As respostas educacionais promovidas pelos sistemas de ensino deverão garantir: “• Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior (BRASIL, 2008, p. 10).

Ainda sobre o conceito de pessoa com deficiência, cumpre destacar a conceituação mais recente, que se fundamenta em pressupostos do modelo social da deficiência tal como descrito na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015, p. 19):

Art. 2o Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Os serviços em educação especial, precisam estar balizados em uma concepção de deficiência que suprima o modelo médico, que perdurou de forma hegemônica no mundo.

O direito à educação qualificada, estende-se às pessoas com deficiência, não somente na educação básica, por esta razão, a educação superior, precisa ser transformada nas práticas e atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino.

Na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva (BRASIL, 2008), a educação especial deverá contribuir com o processo de inclusão educacional, englobando:

[...] ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL, 2008, p. 12).

Com base nessas orientações, que se cria o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (NAIA/UNIFESSPA), implantação que visou garantir o acesso, permanência com aprendizagem e formação acadêmica qualificada aos alunos público alvo da educação especial no ensino superior e ainda, contribuir com a política de inclusão e acessibilidade na universidade.

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica configura-se como uma unidade acadêmica de grande envergadura considerando a atual política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação/MEC que pretende se institucionalizar no contexto de criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará que se compromete com os princípios de inclusão acadêmica de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação que atualmente compõem o público-alvo da educação especial. Ao mesmo tempo em que visa orientar na acessibilidade física, técnica e pedagógica da UNIFESSPA (NAIA/UNIFESSPA - disponível em <https://naia.unifesspa.edu.br/sobre-o-naia/historico-naia.html>)

O NAIA oferta serviços em educação especial, com iniciativas internas contribuindo com o acesso e permanência do aluno com deficiência na educação superior para que sejam desenvolvidas e maximizadas suas habilidades e aptidões. Ao mesmo tempo em que promove projetos de pesquisa e de extensão, cumprindo com seu papel social de dialogar com a realidade e contexto social, suas demandas e colaboração ao trabalho desenvolvido na educação superior nas mais diversas áreas do conhecimento, incluindo a área de Educação Especial.

A atuação do Núcleo de Acessibilidade é ampla e complexa, envolve toda a organização de ações de serviços especializados, ações de ensino, pesquisa e

extensão em que se contemple temáticas sobre inclusão do público alvo da educação especial e acessibilidade. Buscando cumprir com o que se almeja dos Núcleos de acessibilidade, pois precisam responder:

[...] pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013, p. 3).

Ao analisarmos a legislação e diretrizes concernentes à política de educação inclusiva para o público de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista, constata-se que a Educação Superior tem avançado ainda timidamente na efetivação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, com experiências pontuais de garantias de condições e acesso, permanência, experiências de práticas pedagógicas inclusivas restritas instituições de educação superior que assumiram a construção de uma cultura inclusiva internamente.

Este trabalho, analisa em específico, as ações extensionistas que buscam contribuir com construção da cultura inclusiva, estabelecendo um diálogo entre a educação básica e a educação superior, situando no debate as iniciativas do Programa de extensão denominado: “Atuação do Naia/Unifesspa em políticas de inclusão educacional e acessibilidade de pessoas com deficiência via práticas extensionistas no Sudeste Paraense”, desenvolvido desde o ano 2017 a 2018, como prática institucionalizada de extensão, associada a pesquisas de cunho colaborativo em sistemas de ensino da educação básica no sudeste paraense.

O programa de extensão supracitado, abrange três projetos extensionistas: 1- “Formação de recursos humanos na área de educação especial” –; 2) Acessibilidade e inclusão educacional de pessoas com deficiência; 3) Laboratório interdisciplinar de acessibilidade e Educação Especial: vivências e apoio a inclusão acadêmica de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e superdotação/altas habilidades”. No recorte dado a esta análise, centraremos o olhar no primeiro projeto, nos espaços de formação criados para contribuir com a cultura de educação inclusiva

e acessibilidade na comunidade universitária e na comunidade externa com as quais se estabelecem parcerias colaborativas.

Com o projeto “Formação de recursos humanos na área de educação especial”, oportunizam-se espaços de formação na área de Educação Especial para discentes, técnicos e docentes da Unifesspa e externamente para profissionais das redes públicas de ensino, instituições especializadas e associações que atuam com os alunos público-alvo da educação especial, visando apoiar a inclusão acadêmica dos alunos com deficiência da Unifesspa e contribuir com os serviços em educação especial na educação básica em município da área de abrangência da Unifesspa.

Um conjunto de projetos de ensino, pesquisa e extensão promovidos pelo NAIA/Unifesspa, são trabalhados de forma interligada, nas quais as ações desenvolvidas por um, complementam a do outro, assim, transversalizando a educação especial nas ações diversificadas implementadas pela equipe do NAIA.

Nesse sentido, questiona se os espaços de formação na área de educação especial desenvolvidos como ações extensionistas pelo NAIA tem impactado e contribuído com atuações cotidianas em prol da construção de uma cultura inclusiva?

Para tanto, descreveremos e analisaremos esses processos formativos em diferentes modalidades e ferramentas desenvolvidas nas práticas extensionistas do programa de extensão vinculado ao NAIA/Unifesspa.

Metodologia

O presente trabalho foi estruturado a partir de uma análise qualitativa de dados oriundos dos registros sistemáticos que a equipe vinculada ao Programa de extensionista tem realizado nos anos de 2017 e 2018, em que se seguiram a execução do mesmo.

Pesquisas conforme abordagem qualitativa, o fenômeno que buscamos compreender é investigado em sua ocorrência e lócus e contexto em que se desenvolve. Compreende-se no processo o foco de estudo, considerando a

perspectiva dos participantes. Abrangendo a dinamicidade do processo e as interações sociais que o determinam. Segundo Bogdan e Biklen (2004, p. 47 - 50):

1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa [...].

Foram considerados como instrumentos para exploração de dados: a) diários de campo registrados por dois bolsistas e coordenação do programa das diversas atividades de extensão, planejadas e desenvolvidas; b) vídeos e registros fotográficos de processos formativos; c) relatórios de bolsistas e da coordenação do programa de extensão analisado.

No que diz respeito ao tratamento das informações, inicialmente, realizou-se uma leitura do caderno de diários de campo, vídeos, exploração de fotografias, todos os relatórios das ações que foram desenvolvidas ao longo de vigência do programa de extensão: eventos, cursos, campanhas educativas e ciclos de palestras promovidos, fichas de avaliação, buscando analisar os impactos das práticas extensionistas. Posteriormente, realizou-se a análise dos impactos dos espaços de formação propiciados em confronto com as demandas apresentadas pelo público participante.

Os dados foram analisados como base em eixos temáticos: a) Demandas e processos formativos; b) perfil de participantes e contribuições à política de inclusão educacional e c) indicadores de eficácia e impactos formativos no desenvolvimento da cultura inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os dados registrados sobre os processos de formação desenvolvidas como ações extensionistas, observou-se que diante de uma diversidade de demandas que se apresentam a universidade através de seu Núcleo

de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica/NAIA, é necessário pensar estratégias e modalidades de espaços formativos diferenciados para atender os desafios que se apresentam da transversalidade da educação especial em todos os níveis de ensino, para a implementação de efetivação de direitos a população com deficiência tendo como base os princípios inclusivos e preceitos de acessibilidade.

Assim, ao questionarmos se os espaços de formação na área de educação especial desenvolvidos como ações extensionistas pelo NAIA tem impactado e contribuído com atuações cotidianas em prol da construção de uma cultura inclusiva? Avaliamos que o diálogo com a realidade educacional, as pesquisas realizadas de levantamento de demandas, de cunho colaborativo aliada a ações de extensão, tem atingido um público amplo e diverso, que concorrem para espaços gratuitos de formação, a julgar pela intensa participação, frequência nas atividades e participações com dúvidas, problematizações e contribuições a cada tema debatido.

Concernente ao primeiro eixo temático sistematizado “Demandas e processos formativos”, são realizados espaços de diálogos com os sistemas municipais de ensino da mesorregião do sudeste paraense, sobre as principais necessidades de temáticas para cursos, oficinas e ciclos de palestras. Diante das indicações via questionários de caracterização das realidades de cada município, são planejadas atividades denominadas caravana da inclusão, como ação extensionista, na qual realizamos em parceria com as redes de ensino, eventos com palestras e oficinas sobre os diferentes perfis de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

Ao analisar resultados de estudos na área de formação de professores (RABELO, 2012; 2016) no Brasil, identificou-se algumas problemáticas recorrentes: a sensação de constante despreparo do professor, falta de condições de trabalho, estrutura física das instituições educacionais sem acessibilidade, dificuldades na prática pedagógica para garantir o acesso ao currículo, a permanência qualificada na escola, os planos municipais de educação apresentam proposições ainda tímidas sobre os princípios da educação inclusiva, a quantidade de salas de recursos para

oferta do atendimento educacional especializado é insuficiente frente ao número elevado das demandas dos alunos, ausência de políticas de formação de professores que respondam suas demandas da prática, ausência de uma cultura inclusiva na escola como uma responsabilidade coletiva, falta de diálogo e trabalho colaborativo entre o professor do ensino comum e ensino especial, entre outras problemáticas presentes na realidade educacional.

Diante deste cenário, as iniciativas de formação específicas por municípios, e ampliadas como congressos e seminários na área de educação especial, propicia espaços de reflexões, diálogos supressão de dúvidas e construção propositivas para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. Partir das demandas, é essencial para o desenvolvimento de práticas formativas exitosas e com resultados efetivos, exatamente por partir de necessidades reais com o público alvo da educação especial.

Referente ao segundo eixo “perfil de participantes e contribuições à política de inclusão educacional”, podemos descrever que o público atendido nos espaços de formação promovidos dentro do programa de extensão, especificamente no projeto de formação de recursos humanos na área de educação especial, envolve:

- a) Professores e técnicos da Unifesspa
- b) pessoas com deficiência;
- c) familiares de pessoas com deficiência;
- d) professores do ensino comum e da educação especial
- e) profissionais que atuam em centros especializados
- f) estudantes de graduação e pós-graduação da Unifesspa em especial, e de diferentes universidades e faculdades públicas e privadas.
- g) Gestores educacionais
- h) Socio-educadores
- i) Militantes como conselheiros e promotores que lutam pela efetivação de direitos das pessoas com deficiência.

Neste aspecto podemos destacar o direito a educação dos alunos público alvo da educação especial, ser uma preocupação de diferentes grupos nos contextos dos

diversos municípios – Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Canaã dos Carajás e Itupiranga – localidades que demandam constantemente, colaborações do NAIA e de parcerias em ações de pesquisa e extensão, com a promoção de espaços de formação.

De 2017 a 2018, foram realizadas, um quantitativo significativo de atividades de extensão:

Quadro 1: Quantitativo de modalidades de atividades de formação implementadas 2017 - 2018

Tipo / Período	Oficinas	Palestras	Rodas de conversa
Outubro 2017 a agosto 2018	15	17	4

Fonte: elaboração dos autores – 2018.

a) Palestras com temáticas: princípios da educação inclusiva; inclusão e acessibilidade; avaliação da aprendizagem de alunos público alvo da educação especial; Inclusão no ensino superior; políticas de ações afirmativas e os alunos com deficiência; adequação curricular e práticas pedagógicas inclusivas, ensino colaborativo, formação de professores e educação especial; transversalidade da educação especial da educação básica ao ensino superior; direitos das pessoas com deficiência.

b) Oficinas: introdução ao braile; Libras; áudiodescrição; ledores; direitos da pessoas com deficiência e acessibilidade; direitos das crianças e adolescentes com deficiência; a inclusão de aluno com deficiência intelectual; inclusão de alunos com transtorno do espectro autista; tecnologias assistiva; ensino colaborativo; desenho universal de aprendizagem e produção de materiais didáticos acessíveis.

c) Rodas de conversa: Lei de Libras e os direitos da pessoa com surdez; o (não) lugar da educação especial na formação de professores das licenciaturas da Unifesspa; Inclusão de alunos com deficiência na educação superior.

Considerando o último eixo temático considerado neste recorte de análise: “indicadores de eficácia e impactos formativos no desenvolvimento da cultura

inclusiva”, pode-se considerar que as avaliações de cursos, oficinas, palestras, eventos como ciclos de palestras e congresso paraense de educação especial em sua quinta edição em 2018, ilustram vários aspectos que geram satisfação dos participantes. Um dos pontos mais destacados, tem sido a qualidade dos formadores e a sintonia entre as demandas reais de sala de aula com o público com deficiência e as temáticas de conteúdos explorados nas formações, que tem auxiliado a responder alguns desafios da prática dos professores do ensino comum, do atendimento educacional especializado e do estagiário apoiador.

No que se refere ao ensino superior, temos ofertado ações de formação variadas tanto no interior de nossa universidade (Unifesspa) como em outras instituições de educação superior. Desde reuniões de consultoria sobre como trabalhar com aluno com deficiência; assessorias a outras universidades federais e estaduais e alguns estados brasileiros; palestras sobre a experiência de inclusão na educação superior e organização e funcionamento dos núcleos de acessibilidade e política de cotas. Além de parcerias colaborativas com a Promotoria Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Marabá e áreas adjacentes.

O termômetro central para analisarmos se esses espaços de formação têm sido efetivos, é acompanhar e identificar mudanças nas ações cotidianas, práticas e proposição de políticas públicas, orientadas como ação extensionista do NAIA e seus projetos articulados. Contudo, merece ressalvas, o fato de que o programa de extensão aqui analisado, não espera resolver as lacunas na formação inicial e nem se responsabilizar pela formação continuada de profissionais da mesorregião do sudeste paraense. Mas cumpre sua finalidade, contribuir com o processo de formação em recursos humanos, que é uma demanda que se amplia. Busca-se ao contrário, criar nos espaços de formação, um processo de empoderamento dos professores participantes, no sentido de consolidar práticas nas quais muitos de nossos participantes, tornem-se formadores de novos sujeitos na direção da construção e implementação de uma cultura inclusiva.

As ações de extensão vinculadas a projetos do NAIA, tem propiciado um importante suporte à prática da inclusão na UNIFESSPA, em municípios próximos, além de Marabá. As barreiras que criam condições de deficiência, são alvo de reflexão teórica e práticas com vistas a modificar a estrutura do sistema de ensino. O diálogo e parcerias com redes de ensino, tem produzido melhorias significativas na criação e reformulação de políticas públicas, como é o caso da colaboração da equipe do projeto de extensão com a equipe do Departamento de Educação Especial do Sistema Municipal de Ensino de Marabá. Assim, identifica-se em algumas avaliações e depoimentos, que houve uma diminuição significativa nas barreiras que impedem as pessoas com deficiência de se desenvolverem e realizarem suas conquistas. O diálogo entre os parceiros do NAIA tem refletido diretamente no acesso à universidade e permanência dentro dela, pois se passa a desenvolver as habilidades desses alunos e se sabe que todos tem capacidades educacionais e outras mais.

Vale ressaltar que as formações realizadas tem impactado bastante na prática docente, pois muitos modificaram a sua metodologia de ensino tanto na esfera acadêmica quanto na básica. Com isso, é notório que o programa tem sido eficaz e cumprido com o seu objetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, depreende-se das políticas de ações afirmativas desenvolvidas pelo NAIA/UNIFESSPA, são fundamentais para o processo inclusivo dentro da ambiência acadêmica quanto na educação básica, assim, fazendo com que a inclusão seja efetivada e esses alunos a terem saltos significativos dentro do seu processo educacional.

A grande colaboração dessas formações no sudeste paraense é grande, tendo alcançado diversas pessoas, desde a zona rural até a urbanizada para a implementação dessa política. Ainda no que tange a discussão, cabe relatar que o diálogo presente entre a Universidade e as entidades externas são de extrema importância, assim, concluindo que a implementação dessa política de ações

afirmativas que desenvolve formação de recursos humanos em atendimento educacional especializado, faz-se possível por conta da união na luta dos direitos.

Se há necessidade de uma educação inclusiva, é porque o atual modelo é excludente, assim, sendo necessário o desenvolvimento dessas ações que como em Marabá, o que caracteriza uma despreocupação do poder público com a educação de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Além disso, é interessante concluir o fato de um trabalho de mútua colaboração entre parceiros interinstitucionais e internamente na Unifesspa, entre ações do NAIA e os diversos setores da universidade.

Referências

BONFIM, Symone M. M.. **A luta por reconhecimento das pessoas com deficiência: Aspectos teóricos, históricos e legislativos.** Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de junho de 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 08 de ago. de 2017.

_____. **Documento Orientador do Programa Incluir- Acessibilidade na Educação Superior-** SECADI-2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 20 de mar. de 2018.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 17 de novembro de 2011.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76 p. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>

NAIA/UNIFESSPA> disponível em <<https://naia.unifesspa.edu.br/sobre-naia/historico-naia.html>> acesso em: 01 de março de 2018.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

RABELO, Lucélia C. C. Programa de Extensão: Programa Atuação do NAIA/UNIFESSPA em políticas de inclusão educacional e acessibilidade de pessoas com deficiência via práticas extensionistas no sudeste paraense. PROEX/PIBEX/UNIFESSPA. 2014-2015-2016.